



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	N: 1744/12	DATA: 04/12/2012
INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 11h49min	DURAÇÃO: 01h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h25min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ZECA BORGES - Coordenador-Geral do Disque-Denúncia do Estado do Rio de Janeiro.
MICHELLE JORGE - Gerente de Projetos do Disque-Denúncia.
GLORIMAR SOUZA - Gerente do Núcleo de Violência Doméstica.

SUMÁRIO: Exposição sobre o Disque-Denúncia.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Há palavra inaudível.
Reunião realizada no Disque-Denúncia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
Fez uso da palavra durante a reunião a Sra. Ana Elisa Banhattto Correia, assessora do Deputado Jean Wyllys.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aberta a audiência que está sendo realizada no Disque-Denúncia. Estamos entrevistando o Zeca Borges.

O SR. JOSÉ BORGES - Bom, agradecemos a visita de todos aqui. Estamos aqui com a ideia de fazer uma apresentação do que é o Disque-Denúncia, como ele pode ser útil e como ele está sendo útil no combate à violência contra a criança, como no combate às violências em geral, violência contra idoso, violência contra a criança, e no combate também à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Disque-Denúncia foi criado em 1995, no Rio de Janeiro. É a primeira instituição desse tipo no País e tem sido, segundo nós recebemos informações, o mais efetivo hoje em termos de combate à violência, impunidade no Rio de Janeiro.

Então, a nossa ideia inicialmente é apresentar a estrutura com que nós trabalhamos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. JOSÉ BORGES - E nesse organograma que nós podemos ver aqui, que estará com os senhores já gravado, nós podemos mostrar, primeiro, que o Disque-Denúncia não é uma pessoa jurídica. O Disque-Denúncia é apenas uma marca, um serviço do gabinete do Secretário de Segurança, mantido numa parceria público-privada, em que o Instituto Brasileiro de Combate ao Crime, uma ONG, administra junto com a Secretaria de Segurança esse serviço. O Instituto se encarrega de doações privadas e a Secretaria, dos recursos públicos. Então, nós dividimos o ônus de manter esse serviço entre a área privada e a área pública.

E nós trabalhamos num tripé básico, que é a população, a imprensa e a polícia. Nós sempre vamos trabalhar em tudo que se for visto aqui, indo à população, mostrando que existe um canal para que ela se manifeste, que esse canal é confiável. Recebemos as informações, vamos à polícia, pedimos à polícia a investigação, cobramos a investigação, acompanhamos as investigações. E havendo resultado, nós vamos à imprensa e publicamos aquele resultado. Isso faz com que a população novamente saiba do projeto, seja estimulada. Então, cada vez mais nós vamos recebendo mais e melhores denúncias.

E nós temos quatro instrumentos fundamentais para isso. A garantia de anonimato é fundamental. A população, o cidadão só entra nesse jogo com a garantia de anonimato; senão, ele não entra em campo, porque ele não é um



profissional, como um policial é e até o criminoso de certo modo é. Nós temos também o pagamento de recompensa, que se destina àquelas pessoas que não acreditam muito nas coisas, mas que podem ter outra motivação para trazer informações valiosas para a polícia. Nós também trabalhamos aqui no Rio de Janeiro e em outros Estados também com premiação de policiais. Todo policial que receber uma informação do Disque-Denúncia, investigar e resolver o caso e ter uma solução para aquele crime, desde que não haja nenhuma violência nesse caso, vai receber uma premiação. É modesta, mas é uma premiação que faz com que ele sinta que a sociedade está participando também do trabalho dele.

E nós temos um poderoso banco de dados, que tem 1 milhão e 700 mil informações sobre atividades criminosas no Rio de Janeiro, em que nós fazemos pesquisas diversas, estatísticas e orientamos, então, as forças policiais em cada tipo de assunto que nós fazemos.

Então, basicamente esse é o nosso trabalho. Nós, é claro, trabalhamos também com outros instrumentos, como, por exemplo: nós temos Twitter, nós temos Facebook, nós operamos o tempo todo nas mídias sociais. É muito importante isso.

E nós temos uma característica também que eu gostaria de frisar aqui: o nosso telefone é de oito dígitos e pago. E não é um telefone exatamente fácil. Esse é um princípio da nossa operação. Nós precisamos de informações confiáveis. Então, quando um cidadão percebe um ilícito, ele vai pensar duas vezes se aquilo é realmente importante pra ele ligar. Se for importante, ele vai procurar esse número. Nunca está na cabeça dele, mas está em todo o lugar. Ele, então, vai ligar pra nós e vai pagar pela ligação. Então, a informação que aqui nos chega, embora seja anônima, ela tem um peso, ela tem um diferencial. Quando você tem números mais simples, a qualidade das informações cai muito.

E também nos permite fazer campanhas. Nós fazemos *merchandising*, por exemplo, o tempo todo. E nós começamos no combate aos sequestros. Podemos ter aqui pelo... Aqui nós estamos vendo um gráfico de sequestros.

Quando nós começamos, em 1995, os sequestros estavam na ordem de mais de cem ocorrências por ano. Nós, então, entramos no trabalho, junto com outras forças policiais, e já, em 2005, o número de ocorrências no Rio de Janeiro foi de cinco sequestros. Também trabalhamos na área de roubo a bancos, desde o



começo, e tivemos também um trabalho com bastante resultado — também a indústria de bancos ajudou muito.

Então, permita-me mostrar à senhora só, por exemplo, um caso daquela época, para mostrar como é que nós trabalhamos aqui. Esse é um caso de sequestro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sequestro, né?

(Exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ BORGES - Então, esse é o nosso trabalho. É trazer à população isso. Hoje nós trabalhamos de um modo bem mais moderno. Nós fazemos, inclusive, *merchandising* permanentemente. Tomamos iniciativa. Aqui é um caso típico de uma novela da *TV Globo*.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Bom, né?

O SR. JOSÉ BORGES - Então, nós também ajudamos a resolver problemas de roteiro (*riso*) da novela, soluções, coisas desse tipo. E também, hoje, temos uma presença muito grande em várias atividades. Nós tivemos um caso, por exemplo, bastante conhecido, que é o caso da Eliza Samudio...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eliza Samudio.

O SR. JOSÉ BORGES - ...em que o Disque-Denúncia foi fundamental no início das investigações. É esse caso aqui.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ BORGES - Isso é muito importante. Nós tivemos aqui um caso que até nos interessaria, que é o caso de um pedófilo americano, e nós recebemos aqui o pessoal do FBI americano. Eles estavam, há 12 anos, procurando um pedófilo extremamente perigoso nos Estados Unidos, e que estaria aqui no Brasil. Então, nós aí...

A vantagem desse caso é mostrar para os senhores como é que nós trabalhamos. Ou seja, nós chamamos o *Fantástico*, combinamos uma reportagem detalhada sobre o caso para informar à população daquilo, lançamos uma recompensa com recursos do próprio Consulado americano, oferecemos uma recompensa, e foi à imprensa a divulgação daquilo.



O *Fantástico* é no domingo. Na segunda-feira, nós recebemos já as informações de onde ele trabalhava e onde ele morava. Por essa investigação, ele ficou na rua, porque ele não pôde nem ir trabalhar nem ir para casa. Ele pegou um maço de roupas assim, um saco de roupas e saiu pela rua. E aí no fim do dia se entregou, porque não tinha mais o que fazer. Então ligou, e isso está mais ou menos narrado nessa reportagem aqui.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ BORGES - Então, esse é o nosso trabalho diário aqui, em todos os tipos de violência. Temos vários casos junto à polícia e temos também alguns depoimentos e algumas coisas que... Vou mostrar só por nos emocionarem. Por exemplo, nós estamos aqui... Uma colega... Acho que a Cidinha é Deputada ainda, né?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É.

O SR. JOSÉ BORGES - Da Assembleia. Isso foi...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - No programa dela.

O SR. JOSÉ BORGES - ...no programa dela, naqueles casos do Morro do Alemão, aquela violência toda naquela época, e ela foi muito feliz. A gente guarda isso. E isso nos trouxe muita responsabilidade, mas também nos dá bastante satisfação.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ BORGES - É dessa forma que a gente vai penetrando junto à população e recebendo sempre essa confiança. No fundo, é confiança também na polícia. Então, nós colocamos à disposição dos senhores essa nossa experiência. Nós estamos em todo o Brasil. Há disque-denúncias, mesmo que não tenham ligações conosco em todo o País, com vários tipos de gestão, que são bastante úteis nesse processo de combate à violência sexual, à exploração sexual e em outros casos também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Zeca, eu tenho o maior respeito pela instituição. A instituição é muito respeitada até no meio político. Através do Disque-Denúncia também muitos políticos corruptos tiveram seus mandatos cassados. Você não falou, mas nós sabemos que foi denúncia ao Disque-Denúncia.



Eu gostaria de fazer uma pergunta. No caso da violência infantil, do abuso e da exploração, a população entende que o Disque-Denúncia é para prender bandido, assassino, mas que ele não serve, no caso, para esse tipo de exploração sexual. Ali foi um caso atípico, porque o FBI estava procurando, vocês fizeram uma campanha. Não seria interessante vocês fazerem uma campanha também para que as pessoas pudessem denunciar casos de maus-tratos, de exploração sexual, de pedofilia, de abuso sexual, através do Disque-Denúncia também, uma campanha maciça?

Vocês seriam um braço direito também, eu não sei se seria prerrogativa do trabalho de vocês, isso aí poderia estar inserido. Porque a chefe da Polícia Civil, Martha Rocha, vai colocar os 180 também, vai ser uma parceira nossa nessa questão, para também fazer denúncia da mulher, fazer denúncia da menina abusada, vai fazer uma grande campanha. Ela abraçou isso.

No curso de capacitação dos policiais que ela vai começar agora em janeiro, ela já vai colocar, vai fazer um *link* conosco, a CPI vai fazer esse *link*, nós vamos pegar uma pessoa nossa, para que se faça a capacitação desses policiais para tratar desse caso, porque é uma coisa que não está no dia a dia da população. São casos que acontecem intrafamiliar, as pessoas se sentem até, de certa forma, vulneráveis em relação às denúncias. Liga para o Disque 100, só grava, mas não tem um retorno. E no Disque-Denúncia há um retorno.

Então, seria importante para a gente, por exemplo, nesses casos emblemáticos de crianças que desapareceram, que eu já até levei para a Martha Rocha, ontem, que essas mães estão procurando há quase 12 anos, 10 anos, outras, 9 anos, meninas que sumiram de 7 a 12 anos, assim, 3 por ano, e seria interessante que o Disque-Denúncia fosse um braço direito nosso. Aí, sim, poderia se ter até notícia dessas crianças que desaparecem em casos emblemáticos e poderia até coibir também a prática do abuso, dos maus-tratos.

Lembram aquela menina Sofie, que morreu em Santa Cruz, vítima de maus-tratos? A pessoa estava do lado, via aquela menina gritando o tempo todo, mas não sabia. De repente, poderia ligar para o Disque-Denúncia e fazer a denúncia de que aquela tia estava batendo naquela menina. Ela apanhou tanto que, aos 4 anos, morreu de tanto apanhar. Então, seria importante a gente abrir...



Eu estou vendo aqui que vocês estão fazendo um trabalho, acho que já estão até adiantados, ser esse braço direito com a gente, através dos Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos, da Secretaria também de Direitos Humanos, ajudar a gente nesse processo.

O SR. JOSÉ BORGES - Nós temos algumas parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos. Claro, estamos à disposição de vocês exatamente para fazer algum tipo de campanha. Mesmo assim, mesmo que nós não tenhamos... nós estamos recebendo sobre violência contra crianças eu calculo que umas 15...

A SRA. MICHELLE JORGE - Mais de 12 mil denúncias por ano.

O SR. JOSÉ BORGES - ...mais de 12 mil denúncias por ano — violência em geral. E cerca de mil e poucas, 1.700...

A SRA. MICHELLE JORGE - Duas mil sobre abuso e exploração sexual.

O SR. JOSÉ BORGES - ...2 mil sobre abuso e exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E aí o que é que vocês fazem com essas denúncias? Vocês têm trabalhado como, quando vocês recebem...? Fala seu nome para a gente...

A SRA. MICHELLE JORGE - Michele Jorge, gerente de projetos do Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia, embora tenha começado com essa característica que o Zeca apresentou, há bastante já não trabalha só com polícia porque, se a denúncia, por um lado, traz um crime, um agressor, alguém que precisa ser responsabilizado, ela traz uma vítima que precisa acessar o Sistema de Garantia de Direitos. Então, a gente trabalha, por exemplo, nas denúncias de violência contra crianças e adolescentes, e eventualmente a gente faz encaminhamentos para a polícia, que tem a capacidade de se mover mais rapidamente, e a gente passa todas as denúncias para os Conselhos Tutelares. Toda denúncia que envolve criança e adolescente é encaminhada para o Conselho Tutelar.

E a gente tem uma equipe de monitoramento que faz o acompanhamento e, vamos dizer assim, até mesmo pressiona, insiste para que aquela informação seja apurada, está certo?

Embora a dimensão mais evidente seja do enfrentamento ao tráfico de drogas, a violência doméstica acho que é o terceiro tipo de crime mais denunciado ao Disque-Denúncia, e, aí, não só a violência doméstica praticada contra crianças.



As crianças aparecem como as principais vítimas, mas mulheres e idosos são vítimas recorrentes, bem como pessoas portadoras de deficiência.

Então, a gente começou, na verdade, em 1999 o nosso primeiro projeto em relação a crianças e adolescentes, numa parceria com a FIA — Fundação para a Infância e Adolescência, em relação ao desaparecimento, o SOS Crianças Desaparecidas, preocupadas com o desaparecimento de crianças e adolescentes.

Já em 2002, a gente implantou uma gerência só para trabalhar a questão da criança e do adolescente e, desde então, a gente já fez parte do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que funcionou aqui no Município do Rio de Janeiro de 2006 a 2010. A gente, hoje, faz parte do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estamos na vice-presidência inclusive desse comitê. A gente firmou, no ano passado, com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos um termo de parceria para que o Disque-Denúncia intervenha cada vez mais em casos de violação de direitos humanos. E toda a nossa equipe sofreu — sofreu, não — participou de uma grande capacitação feita aqui pela Secretaria de Direitos Humanos em janeiro deste ano.

A gente fez esta pesquisa aqui, que é de 2010, com o Projeto Trama, uma pesquisa sobre denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi finalizada no ano de 2010 e trabalhou com denúncias do ano de 2006 a 2008. O objetivo foi, primeiro, identificar um perfil da violência. Então, a gente trabalhou — eu vou passar aqui rapidamente, eu não vou ler a pesquisa, a gente vai encaminhar a pesquisa para vocês —, mas a gente trabalhou desde o perfil, o que essas denúncias estão dizendo, quem são essas vítimas, qual é a faixa etária.

Então, a maioria das denúncias fala sobre a exploração sexual na ocasião da pesquisa, embora, hoje, a maioria seja de abuso. Também naquela ocasião, eles identificaram as denúncias de tráfico de pessoas vítimas, a maioria do sexo feminino. Isso foi identificado na época. Temos casos... Três por cento das denúncias falavam exclusivamente de abuso ou violência com meninos, enquanto outros 11% falavam que essa violência acontecia tanto com meninos quanto com meninas; em outros 11% das denúncias não foi informado, só falavam que era



pedófilo, mas a pessoa não sabia dizer exatamente como é que era a dinâmica do fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Casos de pedofilia, vocês têm muitos, muitas denúncias? Conseguiram pegar alguém, até da Internet também, para a gente saber?

A SRA. MICHELLE JORGE - Temos. Pois, é. A gente está até aqui com alguns resultados.

O SR. JORGE BORGES - Eu estou aqui com dois casos. Eu estou aqui com... Esse caso é de agora, não é? Qual é o... Este aqui. Foi bem recente. Nós ajudamos a prender um foragido da Justiça que cumpria pena por atentado violento ao pudor contra uma menina de 4 anos. Este foi um caso de denúncia em que nós conseguimos ajudar a capturá-lo. Houve um outro caso também, suspeito de estuprar uma menina de 11 anos no interior do Estado do Rio também. Então, agora, isso vem sem que a gente faça um bom trabalho de publicidade, de propaganda. E é isso que é necessário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eu estava falando, que é necessário para a população...

O SR. JORGE BORGES - Nós temos que começar. É o nosso compromisso, então, com a Comissão. Este ano que está entrando, já temos um projeto de chamada de denúncias, criar uma demanda nova por informações sobre isso. O que nós recebemos hoje é mais ou menos residual, embora seja um número expressivo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vocês têm o trabalho, mas a população... Nem eu estava sabendo que vocês tinham esses trabalhos lá bem avançados. Então, foi boa essa reunião aqui pela manhã, para a gente tomar ciência do que está sendo feito.

Agora, seria importante, porque eu mesma poderia estar divulgando. A comissão esteve num programa de televisão, a gente estava dando os números dos telefones para que a população pudesse acessar. Se a gente soubesse que já tinha esse trabalho, esse braço aqui para nos ajudar, nós já daríamos o telefone do Disque-Denúncia ontem, para colocar também no ar. Eu vou começar já a colocar nos meus panfletos, nas minhas coisas o número daqui, porque agora a gente já está sabendo.



O SR. JORGE BORGES - O que precisar a senhora manda a marca para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque vocês são parceiros nossos nessa questão do combate à exploração, à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O SR. JORGE BORGES - E, aqui no Rio, nós temos muito a confiança da população. Isso é muito importante. Então, nós certamente recebemos as informações.

O que nós notamos aqui, Michelle pode falar com mais detalhes, é um problema sério quanto à continuidade das investigações, tanto das nossas denúncias como das informações em geral sobre exploração sexual. Não há um trabalho contínuo. Espero que, a partir de agora, haja um esforço da própria Polícia Civil para que isso aconteça, porque o resultado dessa pesquisa que nós fizemos com o Trama foi insatisfatório. Acho que Michelle pode falar sobre isso.

A SRA. MICHELLE JORGE - Aí, então, embora a pesquisa tivesse começado com esse objetivo de fazer simplesmente um perfil das denúncias, de quem são as vítimas, de quem são os agressores, a gente percebeu que era importante saber como é que as instituições estão lidando com as denúncias. Qual é o papel da denúncia dentro do sistema de garantia de direitos? É uma porta de entrada? Não é? As instituições estão prontas para receber as denúncias?

Aí, uma equipe foi a campo. No caso, foram selecionadas as instituições que mais receberam denúncias no período da pesquisa e, tanto em conselho tutelar quanto em delegacia, e até mesmo um batalhão de polícia foi visitado, identificou-se uma mesma questão: uma descontinuidade das ações. Você vai lá para saber o que aconteceu com uma denúncia de 2000 — a gente está em 2012; você vai saber o que aconteceu com uma denúncia de 2011, já trocou possivelmente o delegado, houve eleição para o conselho tutelar, então, é uma nova gestão, e ninguém mais sabe responder sobre aquele caso.

Então, a gente teve uma dificuldade muito grande porque a gente queria saber o caminho, e até se gerou, se essa denúncia chegou à Justiça, qual foi o desdobramento, o fim dessa denúncia. A gente teve uma grande dificuldade porque, dentro das instituições, elas já não tinham mais, não existia uma memória. Elas já não sabem mais o que foi feito, já que a gestão não era delas.



Então, hoje, o nosso grande desafio — ontem, foi falado na audiência, mas nós compartilhamos esse desafio — é o compromisso devolutivo. Não adianta só a gente... O nosso compromisso não é só em receber as informações. A gente tem um compromisso com o resultado. Mas, para isso, a gente depende de uma rede estruturada e uma rede capaz de dar atendimento a esses casos. É aí que é a nossa grande dificuldade.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MICHELLE JORGE - Exatamente é conseguir garantir... Um sistema de denúncias depende de um fluxo de informações tanto de envio quanto de retorno de respostas. E essa é a nossa grande dificuldade hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o Ministério Público? Vocês também acatam? Mandam essas denúncias para o Ministério Público, casos mais emblemáticos, ou só para a delegacia?

A SRA. MICHELLE JORGE - Não. A gente trabalha com a delegacia e com o Conselho Tutelar. A gente já experimentou, no passado, mandar para as promotorias. Mas, assim, houve uma resistência muito grande por parte dos conselhos tutelares. Aí, já é uma outra discussão da pressão que o Ministério Público faz sobre os conselhos e da capacidade dos conselhos de realmente atender por não terem estrutura.

Então, enfim, dentro dessa loucura que é essa discussão, a gente passou mais recentemente a trabalhar direto com os conselhos. Em casos de Ministério Público, são casos específicos. A gente trabalha com o Ministério Público, mas o encaminhamento normal é Conselho Tutelar e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas, quando são de maus-tratos, de abusos?

A SRA. MICHELLE JORGE - Isso. Maus-tratos e abusos. Não, a gente trabalha casos de pedofilia, assim, casos específicos. Esse caso tem uma... A gente nota uma certa sensibilidade, a gente tem um grupo de análises que acompanha as denúncias. Glória é a pessoa que cuida dessas denúncias. Ela percebeu uma sensibilidade, por exemplo, um pedófilo. Chegou uma denúncia hoje, chega outra amanhã — uma mesma pessoa —, chega outra daqui a duas semanas. Aí, ela pode



sim reunir essas informações e, num caso específico, encaminhar para o Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Entendi. Então, a questão é que vocês não têm uma continuidade. Então, vocês não sabem se as denúncias realmente foram checadas.

A SRA. MICHELLE JORGE - Nem todas. Embora a gente tenha um esforço, um compromisso com o resultado, a gente liga, monitora: *“Por favor, conselheiro tal, o senhor ou a senhora apurou a denúncia tal, tal, tal.”* Aí, a gente consegue algumas respostas, como, por exemplo, a gente mostrou aqui. É um esforço diário. Mas a gente não consegue dar respostas para todas as denúncias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso é um problema sério, não é? Porque não há continuidade. Isso não acontece só com vocês. No caso dessas crianças desaparecidas, as mães reclamaram a mesma coisa, porque havia um investigador fazendo todo o trabalho. Aí, quando elas chegavam lá, tinham que começar do zero de novo porque ele foi mandado embora e aquilo não estava mais ali no sistema. É um problema sério. Isso aí seria um caso de a gente tentar até falar com a Secretaria de Segurança para ver como ela pode nos ajudar nesse sentido.

A SRA. MICHELLE JORGE - A gente tem até uma ideia, assim, é apenas parte das nossas reflexões aqui diárias. A própria Secretaria de Segurança tem um sistema de premiação, a partir de determinados indicadores, como seria interessante a gente também premiar a polícia por um tema, por um assunto, por uma boa atuação na área de direitos humanos. Porque, hoje, está muito mais fácil o atendimento por parte da polícia, só que a gente está falando de 17 anos.

Então, como muitas vezes foi difícil você conseguir mobilizar, por exemplo, um policial que poderia estar indo apurar uma denúncia de tráfico, uma denúncia de estelionato, pra ir ver uma denúncia individual, porque, muitas vezes, a gente está falando de uma vítima exclusiva ou de outras que não foram reveladas. Mas como é difícil você, às vezes, mobilizar uma equipe para deixar de atender, até no contexto do Rio de Janeiro, um caso de tráfico de drogas para poder ir atender a um caso de abuso sexual.



Então, é interessante que a polícia pense também formas talvez de premiar e de reconhecer os seus policiais que atuam em áreas, vamos dizer assim, de direitos humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E saber também se esses policiais estão preparados na questão da...

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Claro, na abordagem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... da abordagem e na questão de direitos humanos. Porque ele também precisaria de uma preparação para ter uma sensibilidade, saber lidar. Nós podemos até... A CPI pode até tentar ajudar nesse sentido. Vamos ver o que nós podemos fazer.

Eu vou passar a palavra para Ana Elisa, assessora de Jean Wyllys. A Presidente da CPI é Erika Kokay, eu sou a Relatora. Jean Wyllys também faz parte, é o 2º Vice-Presidente da CPI. Como ele não está, pediu à assessoria dele que estivesse conosco, e ela quer fazer uma pergunta.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Bom dia. Primeiro, eu queria agradecer a presença, a gente poder vir aqui, no Disque-Denúncia, conversar com vocês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale o seu nome.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Ana Elisa. Meu nome é Ana Elisa.

Depois, eu queria pedir desculpa pela ausência do Deputado Jean Wyllys. Infelizmente, ele não conseguiu vir. A agenda dele, na semana passada, mudou no final de semana e a gente não conseguiu voar para o Rio.

Mas eu estou aqui representando o Deputado, inclusive compartilho muitas das suas angústias, e queria fazer algumas considerações e algumas perguntas para vocês. Algumas coisas que eu vou falar eu acho que são mais uma provocação, talvez, para vocês refletirem no trabalho e tal.

A primeira coisa que eu queria perguntar é que, o Sr. José Borges chegou a comentar, o Disque-Denúncia é uma PPP, uma Parceria Público-Privada, e não uma pessoa jurídica. Eu gostaria de saber qual é o real interesse da iniciativa privada dentro desse projeto. Porque a gente tem, na sociedade brasileira, hoje, o mito do



aumento da violência e, logo, o aumento da segurança privada, não é? Isso é um problema. Então, eu gostaria de saber qual é o real interesse da iniciativa privada.

Eu acho que esse capital privado que entra dentro da Secretaria de Segurança Pública tem muito a ver com o recorte de prioridade da Secretaria. Quando a gente fala de capital privado, a gente está necessariamente falando de combate a roubo, crimes contra patrimônio e não crime contra pessoas. E, aí, falando muito em direção ao que a Deputada Liliam Sá falou, qual é a real prioridade do Disque-Denúncia? Porque a gente viu ali que, em várias ocasiões, os crimes têm sido apurados, as pessoas têm sido presas. Mas, e as pessoas que cometem reais crimes contra a humanidade, contra as pessoas, e não contra o patrimônio?

Eu cheguei a perceber também uma hora que José Borges comentou do roubo a bancos, que existe uma preocupação grande nesse sentido. Aí, eu pensei: *“Agora está explicado o capital privado dentro da Secretaria.”* Não estou fazendo nenhuma crítica direta, mas eu acho que tem que ser uma coisa que a gente tem que ponderar. Não acho que o roubo a bancos é irrelevante e que não tem que ser apurado. De maneira nenhuma, eu acho que ele tem que ser apurado sim. Mas qual é a prioridade? Será que a prioridade é o roubo a bancos ou será que a gente tem que priorizar tudo, tanto essa questão quanto exploração sexual, crimes contra a vida, sequestros, enfim, outras coisas desse tipo?

Outra coisa que eu gostaria de perguntar é que vocês chegaram a comentar que as denúncias de exploração sexual são enviadas ao Conselho Tutelar. Ontem, na audiência pública, a gente chegou a perceber que existe um déficit de conselhos tutelares, e não só no Rio de Janeiro, no Brasil inteiro. Isso é um grande problema. Aí, a gente chegou a falar de 11 mil denúncias, 11 mil casos. Eu queria saber qual é o real objetivo do Disque-Denúncia, se vocês não conseguem fazer o monitoramento real de todas as denúncias. Porque eu fico muito preocupada de a gente ter um Disque-Denúncia, de as pessoas confiarem no Disque-Denúncia, realmente ligarem e não terem retorno. Isso é um problema não só para a população que não recebe o atendimento devido, quanto para a credibilidade da Secretaria, que acaba oferecendo um serviço, e não consegue monitorar.

Onde vocês estão realmente alocando os recursos? Onde eles estão sendo majoritariamente alocados? Eles estão sendo majoritariamente alocados nos



atendimentos ao telefone, por exemplo, ou eles estão sendo alocados mais no monitoramento pós-denúncia? Porque eu acho que isso tem que ser equilibrado. Se a gente acolhe 11 mil denúncias, a gente tem que dar conta de apurar 11 mil denúncias. Se a gente não dá conta de apurar 11 mil denúncias, a gente só recebe 5 mil e apura 5 mil. Porque, na minha cabeça, não há interesse público em receber a denúncia por telefone e não conseguir apurar.

Não sei também se esse é realmente só trabalho de vocês. Acho que não é, acho que é trabalho da polícia, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e de todas as outras instituições. Mas, se vocês se propõem a oferecer esse serviço, de que maneira vocês estão alocando recursos para a apuração de casos?

A última pergunta que eu gostaria de fazer é... A gestão da Secretaria muda nos governos. Eu gostaria de saber se vocês têm dificuldades na continuidade dos trabalhos com a mudança de gestão. Porque eu acho que isso é um problema da administração pública. Infelizmente, a gestão muda e, aí, as políticas mudam, as pessoas mudam. Isso é um problema para o Disque-Denúncia, porque é um trabalho válido. A gente está vendo que está dando certo. Eu queria saber se vocês conseguem dar continuidade com a mudança de gestão.

Eu acho que, por hora, é só. Se eu lembrar de mais alguma coisa eu falo depois.

Obrigada.

O SR. JOSÉ BORGES - Agradeço as perguntas, são ótimas, são bastante pertinentes e fazem parte do nosso dia a dia. Então, vamos começar pelo final.

Nós começamos o Disque-Denúncia em 1995. São 17 anos de lá pra cá. Nesses 17 anos, no Rio de Janeiro, como em outros lugares do Brasil, nós vimos projetos tão bons ou melhores do que o Disque-Denúncia aparecerem, terem algum desenvolvimento e, de repente, por mudanças de governo, por mudanças de gestão dentro de uma mesma administração, eles serem desativados, descontinuados.

Qual é a vantagem do Disque-Denúncia? É exatamente haver uma parceria entre a sociedade civil e a Secretaria de Segurança ou o próprio Governo. Então, essa parceria não é exatamente entre empresários. Os empresários contribuem, e contribuem bastante, com recursos, mas a população contribui com informações. E esta é a grande parceria, este é o grande acervo que nós recebemos, que são as



informações da população. Ao mesmo tempo, nós temos vários convênios na sociedade civil com Ministério Público, com outras secretarias.

Então, o Disque-Denúncia não sofreu, nesses 17 anos, qualquer mudança de rumo em termos de pressão de governo. Não que não haja, não tenham acontecido, mas nós temos, vamos dizer assim, nós não estamos só do lado do governo. Existe uma sociedade civil que protege o projeto. Então, a consequência principal dessa parceria é a continuidade e a credibilidade dos serviços. Ela é garantida exatamente porque há uma parceria entre a sociedade civil e o Governo.

Se nós não tivéssemos esse apoio da sociedade civil... Ou seja, brigar com o Disque-Denúncia é brigar com o Ministério Público, brigar com o Disque-Denúncia, sim, é brigar com a Federação das Indústrias, não vou dizer que não. Isso nos dá um certo equilíbrio. E é claro que nós temos também uma parceria com a OAB, com a ABI, que são exatamente para contrabalançar o peso do empresariado. Ou seja, a sociedade civil não está apenas constituída de empresários. Claro que os empresários é que doam os recursos, porque são eles que têm. Isso aí nós não vamos perder. Então, isso é muito importante.

A credibilidade e a continuidade do Disque-Denúncia, você tem a preocupação justa de mudanças de governo. Às vezes, uma mudança de um comando desativa, descontinua, acaba com um programa que está indo extremamente bem por meramente mudança de comando, mudança de delegado, essas coisas todas. E nós aqui estamos há 17 anos. Vamos bater este ano novamente o nosso recorde, temos a confiança da população. Então, estamos aí. A sua primeira pergunta foi essa. A sua última pergunta, aliás.

Vamos voltar às perguntas.

Alocação de recursos. A maioria é realmente no atendimento. Nós fazemos... No atendimento e na premiação de policiais, e a premiação de policiais tem a condição de não ser violenta, não haver violência, o que para nós é muito importante, nesse caso. Então, o grosso dos nossos recursos são alocados no atendimento e, é claro, em tecnologia, porque é extremamente necessário manter... Nós estamos, pela quarta vez, mudando totalmente a nossa plataforma de inteligência, a nossa TI — Tecnologia de Informação. Isso custa muito caro, e a gente, de 3 em 3 anos, de 5 em 5 anos tem que mudar completamente. A evolução



é essa. Mas o grosso mesmo está sempre sendo no atendimento, na formação do atendimento, na permanente capacitação desse pessoal.

Agora você vai ter que refazer as perguntas, porque eu já perdi o...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Iniciativa privada...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JORGE BORGES - A escolha... Nós não temos escolha. A nossa demanda vem da demanda da população. Ou seja, quando nós começamos, e, aí, você tem toda razão, nós fomos criados essencialmente para combater sequestros no Rio de Janeiro e roubo a bancos. Esse era o nosso objetivo. Ou seja, naquele momento, o nosso cliente efetivo era a iniciativa privada...

(O microfone é desligado.)

O SR. JORGE BORGES - Agora, sempre foi o seguinte: a primeira reunião... Eu fui chamado para gerenciar o projeto por empresários. Então, a primeira coisa que nós sentimos foi o seguinte: de que forma a sociedade civil pode entrar nesse jogo de combate ao crime sem incrementar a violência que já existe? Isso era essencial. Nós não vamos entrar colaborando com mais violência ou com mais força qualificada. Nós vamos trabalhar na inteligência, na tecnologia, na comunicação, porque nesse campo nós podemos vencer os criminosos. Se for no campo da força, eles certamente vão ganhar o jogo. Então, esse foi o nosso princípio.

Então, não havia como combater o sequestro sem combater a violência doméstica. Você não vai obter apoio da população se você também não tiver um canal para as demandas da população. E hoje, como está em terceiro ou quarto lugar a violência doméstica, por exemplo, a nossa atenção e a nossa gerência são... Eu não tenho uma gerência de tráfico de drogas, eu tenho uma gerência de violência doméstica; eu não tenho uma gerência de roubo e furto de automóveis, eu tenho uma gerência de violência doméstica. Então, esses casos são mais importantes pra nós porque demandam muito mais qualidade de atendimento do que os outros.

Há uma coisa que Michelle vai responder que eu não lembro o que era. Eu espero que ela lembre.

A SRA. MICHELLE JORGE - Eu lembro, eu anotei. Aí, eu acho que o Zeca já falou sobre essa coisa de... Embora a gente tenha começado, esse é o início do Disque-Denúncia... Foi sim. Era um projeto, um projeto com início, meio e fim. Ele



nasceu assim, era pra terminar ali, quando alcançasse resultados em relação a sequestros. Mas não foi isso que aconteceu.

Desde então, a instituição, a organização não governamental que está por trás desse serviço se reinventou, ela se apropriou, cuidou dessas diferentes demandas que chegaram aqui. Antes, começou, como eu te disse, com tráfico, com extorsão mediante sequestro, tráfico... E, hoje, também a gente lida com uma sorte de demandas. Barulho, por exemplo, é uma preocupação, é um problema na cidade do Rio de Janeiro. Então, a gente cuida. A gente visitou a Assembleia Legislativa para poder interpelar os Deputados sobre o que pode ser feito em relação a esse problema, porque não é um assunto que está só no campo da repressão, é um assunto que está no campo da conscientização. Então, assim, há muito tempo...

Já em 1995 mesmo, o Disque-Denúncia foi se modificando. E, como eu te disse, em 1999, ele já fundou núcleos e projetos para atender a outros crimes. Então, isso, na verdade, não existe, não são concorrentes. Essa sociedade precisa enfrentar o crime ao banco, essa sociedade precisa enfrentar o abuso sexual, essa sociedade precisa enfrentar o crime contra o meio ambiente e essa sociedade precisa enfrentar o barulho. Está certo?

(Segue-se exibição de imagens.)

E até te mostrar alguns projetos. Este aqui é um folheto que foi distribuído semana passada numa ação no Jacarezinho, uma favela que está em processo de pacificação aqui no Rio de Janeiro. Porque sempre que a polícia do Estado do Rio entra para fazer uma pacificação, ela leva um panfleto, que não é este. Eu vou mostrar aqui para vocês o do BPCHOQUE. Ela leva um panfleto, tanto o BPCHOQUE quanto o BOPE... Vou mostrar aqui para vocês. Só 1 segundo. Aqui.

(Mostra panfletos.)

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MICHELLE JORGE - No Facebook? Vou mostrar para vocês.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MICHELLE JORGE - Cadê? Cadê?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ BORGES - Nós temos, o nosso principal instrumento é o Twitter.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O Twitter.



O SR. JOSÉ BORGES - O Twitter. Nós temos ...

A SR. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale ao microfone, vamos gravar.

O SR. JOSÉ BORGES - Ah, tá.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantos acessos vocês têm no Facebook e no Twitter?

O SR. JOSÉ BORGES - No Twitter, nós temos 129 mil seguidores. É um número razoável. E tivemos, no ano... Tivemos 129 mil seguidores e tivemos no mês passado 58 milhões de impressões, medidas por institutos internacionais. Nós somos o número 6 mil em importância, de 12 milhões de Twitters analisados. Ou seja, nós estamos numa posição bastante expressiva em termos de Twitter. No Facebook, nós estamos começando agora uma gestão que basicamente dá o suporte as nossas informações. Estamos com 880. Eu tenho um Twitter pessoal, meu, que eu uso também, dá 1200 seguidores, os amigos, não é, que nós dissemos.

Agora, no Twitter, nós colocamos todas as informações. Quer dizer, nós informamos ao cidadão onde ele está correndo risco no seu dia a dia na cidade. Ou seja, se há assaltos na Rua Uruguaiana esquina com Presidente Vargas, nós informamos: *“Atenção, cuidado, porque há assaltos.”* Damos informações de assaltos, muitos assaltos a trabalhadores, de 5 horas da manhã e 7 horas da manhã, onde esses assaltos se dão. Nós damos também informações sobre carros desaparecidos. Nós temos, no Twitter, essa informação, é um sistema chamado É Seu, que dá o carro, onde é que está o carro que foi roubado. Temos uma série de serviços públicos através do Twitter. E usamos também o Facebook.

A SRA. MICHELLE JORGE - Então, só para terminar, a gente fez uma ação. Sempre entra lá o BOPE: *“A polícia está na sua comunidade, denuncie armas, esconderijos”*. Isso, no início do processo de pacificação. E a gente, numa parceria importante que tem com a Polícia Civil aqui do Estado do Rio de Janeiro, estava semana passada no Jacarezinho chamando a população, dizendo que o Disque-Denúncia, que a Polícia Civil, no marco do dia 25, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, que esses serviços também estão na comunidade para poder enfrentar a violência doméstica e a violência familiar, como mostra este panfleto.



A gente tem, por exemplo, também um trabalho sobre desaparecidos, porque quem discute a temática sabe que a gente tem poucas políticas ainda de enfrentamento à questão do desaparecimento. E a gente percebeu ainda um problema maior quando esse desaparecido é um adulto, porque os poucos serviços que existem, que estão estruturados no País, estão focados em crianças e adolescentes. E quando o seu avô, a sua avó, o seu pai, a sua mãe, o seu irmão estão desaparecidos, quem você mobiliza? Como é que você dá visibilidade a isso?

E, pensando nisso, a gente fechou uma parceria com o Ministério Público, exatamente com o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, o PLID, do Ministério Público, para a condução... Esse é um convênio para a condução desse *site* de apoio, a divulgação de casos. As famílias podem ligar para a gente para divulgar, e mesmo a denúncia para a localização dessas pessoas descobertas de paradeiros.

Aí, você perguntou: *“Ah, mas e sobre a questão do resultado, o que adianta ter um serviço que atende e não gera o resultado?”* Como eu te disse, na verdade, a gente não consegue gerar resultado para todas as denúncias. Seria... A gente estaria mentindo aqui se todas as denúncias tivessem resultado, tanto porque nem toda denúncia demanda um resultado imediato, porque, às vezes, vamos dizer, algumas denúncias são vagas, a extensão do caso concreto nem sempre é sociável, é de conhecimento do público. Então, às vezes, você precisa de 10 denúncias para se chegar a um mínimo de informações que fundamentem uma investigação. Então, não necessariamente a denúncia “a” vai ser uma denúncia que demanda um resultado. Assim, é uma suspeita: *“Olha, naquela rua eu vi uma pessoa passando que eu acho que é estuprador.”* Isso, não tem como você responder a essa denúncia. Então, nem toda denúncia vai ter um resultado direto e ligado a ela. Às vezes, é necessário um conjunto.

E por que vocês enviam todas as denúncias aos Conselhos Tutelares se os Conselhos Tutelares estão abarrotados? Na verdade, enviar denúncia para o Conselho Tutelar é uma obrigação. O art. 13 do ECA diz que todo caso de suspeito, de maus-tratos deve ser informado ao Conselho Tutelar. E se o Conselho Tutelar não tiver capacidade de operar, aí há a questão de qual é o papel do Conselho Tutelar. Mas é uma obrigação nossa encaminhar isso para o Conselho Tutelar.



E, é claro, aqui a gente não fica só nesse envio automático de denúncias: *“Ah! Denúncias assim vão para A e para B.”* A gente tenta combinar, na medida do possível, a necessidade de atendimento que a denúncia tem com a real possibilidade de o órgão atender. Então, a gente também não trabalha só com o Conselho Tutelar ou só com a polícia. A gente liga para o Conselho: *“Olha só, tem uma denúncia aqui dizendo que tem uma criança agora que sofreu queimaduras”,* por exemplo, ou *“O abuso está acontecendo agora. Se chegar lá, o agressor está lá, está acontecendo agora.”* Aí, há Conselho que fala para a gente: *“Eu não consigo ir lá agora porque o único carro que eu tenho, a única viatura que eu tenho está fazendo uma VD, está fazendo uma visita domiciliar.”* Aí, a gente vai ligar para a delegacia, para o batalhão, para o CRAS — Centro de Referência de Assistência Social, para o CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para quem for, para tentar atender àquele caso.

(intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa questão de qual é o papel do Conselho Tutelar é uma discussão que nós vamos ter que fazer a qualquer momento ano que vem, porque está difícil e tem muitas atribuições. Ontem, a juíza, a Dra. Ivone Caetano, estava falando isso, que nem tudo é o Conselho Tutelar. Há a Vara da Infância. Como é que vocês trabalham também com a Vara da Infância? É muito importante saber o papel da Vara da Infância nessas questões e saber qual é o perfil, como se comporta o denunciante. Ele liga timidamente?

No caso ali, como é que vocês fazem para manter o sigilo? Vocês falam: *“Olha, você não está sendo gravado.”* Vocês gravam o número dessa pessoa que ligou? Geralmente, ela liga de orelhão? Como é que acontece todo esse processo na questão da denúncia? Isso é muito importante a gente saber, para a gente entender a cabeça do denunciante. Por que aquela pessoa é denunciante? Ela tem medo, o coração bate, fica aflita na hora de ligar e denunciar, porque ela está com medo até de estar sendo gravada a voz ou de ela também ser descoberta. Como é que vocês fazem para que essa pessoa tenha segurança em fazer a denúncia? Como vocês trabalham esse lado? Vocês usam algum tipo de psicologia, de treinamento para essas atendentes?



A SRA. MICHELLE JORGE - Sobre a Vara da Infância, a gente também faz encaminhamentos. O que eu dei foram os principais encaminhamentos, que é polícia e Conselho Tutelar. Mas, casos específicos são enviados pra promotorias, para a Vara da Infância e para outros órgãos da própria Prefeitura, para redes de assistência. Enfim, é local. Então, a gente chegou inclusive a fazer com a Vara da Infância, inclusive com a Dra. Ivone Caetano, um trabalho em relação a desaparecidos. Fizemos uma parceria Vara/Disque-Denúncia. No caso, eu vou citar, foi uma farmácia que fazia muitas entregas aqui no Rio de Janeiro, a FARMAVITA. Em todas as entregas que eles fizeram durante um tempo — foram escolhidos 27 casos de pessoas desaparecidas, de crianças desaparecidas —, em todas as entregas que eles faziam, ia um folhetim com 9 casos de desaparecimento, pedindo para que a pessoa ligasse para o Disque-Denúncia. E eles tinham um volume de entrega muito grande. A gente conseguiu localizar com essa campanha que durou um mês — eles não fizeram essa entrega permanentemente — três crianças, a partir desse trabalho.

O SR. JOSÉ BORGES - Uma coisa importante. Nós aprendemos uma coisa aqui que a gente tem que, que todos nós temos que nos acostumar aqui no País, que é o seguinte: um pequeno resultado positivo pode ser tudo, menos um fracasso. Então, é isto que nós temos que estar sempre trabalhando: três crianças, uma criança. Porque, às vezes, nós, aqui, temos vontade, como a nossa Deputada disse, de jogar a toalha; às vezes, acontecem coisas que é melhor parar. Aí, há um resultado aqui, a gente sabe de alguma coisa que aconteceu de positivo, voltamos a nossa ilusão toda e continuamos o nosso trabalho.

Mas nós sabemos perfeitamente — e aqui é muito claro isso — que temos um trabalho muito positivo no Rio de Janeiro, mas esse trabalho é certamente inferior a tudo aquilo que nós deixamos de fazer. Ainda, o que nós deixamos de fazer é muito mais do que o que nós fazemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para concluir, por causa do nosso horário, tá?

A SRA. MICHELLE JORGE - Ah! Tá. E sobre o anonimato...

O SR. JOSÉ BORGES - Se nos chamarem lá, se houver necessidade, mais documentação...



A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Bem rapidinho. Concordo que a luta é árdua, muito difícil, mas ela vale a pena. Concordo totalmente com o senhor. Queria só fazer uma pergunta bem rápida. Queria saber: vocês têm um sistema de capacitação frequente. Gostaria de saber se vocês conseguem direcionar as vítimas, se vocês sabem onde são as DEAMs, a Defensoria Pública, os hospitais que atendem crianças que sofreram abuso sexual, enfim, essas coisas. A outra coisa que eu queria só manifestar, já que a gente está na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro — talvez não seja diretamente com vocês, mas eu vou manifestar uma aspiração do Deputado Jean, talvez vocês possam repassar —, é a estadia das UPPs dentro das favelas. A gente vê a estadia delas como uma maneira de repressão; entrega de panfletos falando sobre violência doméstica e abuso sexual, falando de atendimento garantido. Então, assim: a minha preocupação é eles estarem presentes dentro das favelas como um marco repressivo pros negros, porque quem está na favela são as pessoas negras, nas favelas e nas prisões. Então, a gente tem uma UPP, que é uma caixinha de fósforo branca, com pessoas brancas, dentro de um sistema repressivo dentro da favela, e eles conseguem fazer isso muito bem, mas a gente não consegue apurar todas as denúncias de exploração sexual. Então, para mim, isso é um problema de alocação de recurso. A gente está alocando recurso para repressão dentro das favelas, a gente não está alocando recurso para o monitoramento das denúncias. Não estou fazendo uma crítica nem atacando diretamente vocês, de maneira nenhuma. Quero ser a pessoa mais doce possível, embora isso atenha muito meu coração, mas é uma aspiração do Deputado e é uma preocupação muito grande na nossa sociedade hoje. A alocação de recurso está indo pra onde? Pra colocar os negros na cadeia? Pra gente continuar reproduzindo essa ordem? Então, era só isso. Eu gostaria só de deixar esse marco e perguntar se há uma diferença no monitoramento das denúncias em relação aos bancos e aos sequestros e em relação à exploração sexual e violência doméstica? Se há realmente essa diferença ou se o monitoramento é o mesmo?

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ BORGES - Aqui o que mais emociona o nosso atendente não é o grande traficante, não é o Fernandinho Beira-Mar, não é isso. É simplesmente



aquela criança que está apanhando, que está sofrendo maus-tratos. Isso desarma qualquer atendente nosso e faz, muitas vezes, com que a gente tenha que dar um apoio. Então, todo mundo se volta aqui muito mais pra questões de família, questões de violência doméstica... Violência contra o idoso, por exemplo, se você imaginar o que nós ouvimos aqui... Então, é onde nós nos dedicamos a tentar, de qualquer maneira, resolver o problema. E aqui a regra é essa. Nós tivemos um caso em Minas Gerais. Lembra daquele caso daquela senhora?

A SRA. MICHELLE JORGE - Dos Estados Unidos?

O SR. JOSÉ BORGES - Para ter uma ideia, a senhora ligou de Miami ou dos Estados Unidos — não ligou ela, ligou uma companheira dela, que morava junto — sobre o assassinato de um marido ou de um irmão...

A SRA. MICHELLE JORGE - A irmã.

O SR. JOSÉ BORGES - ...da irmã, em Contagem, Minas Gerais. Veio parar aqui no Disque-Denúncia nosso. Então, ela sofreu maus-tratos, violência, em Contagem, e morreu. E estava sendo enterrada como uma morte natural. Nós conseguimos, numa sexta-feira à noite... Lembra o porteiro? Chama Zé Dirceu, que passou a ser conhecido como Zé Dirceu, o Bom. Esse porteiro da Prefeitura de Contagem nos levou a esclarecer o caso todo. O delegado depois nos ligou e disse que o marido foi processado. Então, a gente vai até onde dá. Num caso de crime, assalto a banco, tudo isso, tem toda a estrutura da Polícia dedicada a isso, tem delegacias especializadas, tem recursos, tem tudo isso. Então, não é uma coisa que nos... Claro, a gente trata com bastante atenção qualquer caso desse tipo, mas o caso de violência familiar, de violência doméstica é muito mais mobilizador aqui dentro do que qualquer outra coisa.

A SRA. GLORIMAR SOUZA - Sou Glorimar Souza, Gerente do Núcleo de Violência Doméstica. Então, pra contribuir, pelo que o Zé está falando, o atendente tem a capacitação e a escuta dele é muito importante. Então, é muito comum o atendente chegar para mim e falar: *“Olha, a pessoa que denunciou realmente está muito preocupada com a situação.”* Ele dá a percepção dele no atendimento ao denunciante, que muitas das vezes é uma pessoa muito próxima da família e está denunciando. E o trabalho do Núcleo de Violência Doméstica fica muito também na questão de se antecipar. Antecipar a ação do conselheiro ou do policial que vai ao



local, porque é importante esse contato anterior, que é ligar e: *“Olha, por favor, verifica essa informação.”* É lógico que a gente, mesmo angustiada, não é possível fazer isso com todas as informações, são muitas, mas aquela principalmente que o atendente teve aquela sensibilidade muito grande, que ele sinalizou fazer o contato, é extremamente importante.

A SRA. MICHELLE JORGE - Então, aí a nossa equipe. Nós funcionamos 24 horas, voltando à pergunta da Deputada. A nossa equipe é permanentemente treinada. E como é que funciona o anonimato dentro do Disque-Denúncia? O anonimato não termina só no fato de não termos Bina, porque não temos. Nós não gravamos ligação, e a gente nem mesmo menciona em qualquer momento da denúncia se foi homem ou mulher que ligou. Mas a gente sabe que, ainda assim, é muito difícil você denunciar, porque a pessoa que está denunciando não tem um parente aqui próximo. Às vezes, está dentro de um contexto de coerção e de medo mesmo que envolve aquela situação de violência. Vamos imaginar uma rede de exploração sexual: às vezes, uma própria vítima, uma pessoa que é vítima dessa rede, está numa situação de vítima, em situação de vítima, é ela que liga, porque ela mesma não pode ir a uma delegacia, pensando na sua proteção. Então, nossa equipe é treinada para, vamos dizer, tranquilizar essa pessoa. Além de não usar esses instrumentos, a gente não menciona no texto qualquer informação. A gente vai chegar a omitir informação relevante, se essa informação puder comprometer a pessoa que está denunciando. Porque, às vezes, mesmo sem você citar um nome, quando você relata uma informação que só o agressor, que o agressor e a vítima, só os dois sabem, você está naturalmente... Esse agressor, se ele é chamado a uma delegacia, ele vai saber quem foi que denunciou. Então, o nosso atendente tem o cuidado de saber se essa informação poderia identificar a pessoa que denuncia. Então, nosso cuidado com o anonimato é total. E a gente nunca teve um relato, uma reclamação. Acho que ninguém aqui nunca ouviu notícia de alguém que tenha sido identificado e que tenha ido reclamar porque foi identificado ao fazer uma denúncia no Disque-Denúncia. E nosso cuidado com a capacitação é no sentido de garantir uma escuta, princípios de escuta ativa, técnicas de entrevista, não julgar, escutar, usar o vocabulário adequado e uma série de outras técnicas de entrevista são repassadas e trabalhadas permanentemente com a nossa equipe.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Se eu ligar agora para o Disque-Denúncia e quiser fazer uma denúncia? Eu vou saber como... A atendente vai, primeiro, se identificar.

A SRA. MICHELLE JORGE - Ela se identifica. É um codinome, até pela segurança do nosso atendente, mas é uma forma de você saber com quem você falou. Esse codinome ela não inventa na hora, é público. Cada um aqui tem o seu codinome. A pessoa que faz a denúncia recebe uma senha, um código, e com esse código ela pode acompanhar as investigações, ela pode acrescentar novas informações a sua denúncia e cobrar providências se nada for feito. Então, embora seja anônima, ela tem uma forma de acompanhar se a denúncia foi devidamente registrada. E uma coisa importante no nosso trabalho é o controle social externo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas vou falar uma coisa, quando essa pessoa está coagida, está com medo, vocês também têm uma linguagem para poder tranquilizar essa pessoa?

A SRA. MICHELLE JORGE - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque ela pode estar, de repente, no meio de um tiroteio, de alguma coisa, entendeu? Até ameaçada de morte. Aí, vocês têm essa linguagem? Tem uma pessoa capacitada que possa atender essa pessoa? Na hora ela sabe como lidar com o problema?

A SRA. MICHELLE JORGE - Temos. A gente tem os atendentes, que são capacitados, eles mesmos, para fazer esse tipo de abordagem, mas a gente tem uma estrutura por trás de um atendimento, tem um supervisor, tem um gerente de atendimento e tem a equipe de retaguarda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - São quantas pessoas que trabalham atendendo telefone?

A SRA. MICHELLE JORGE - Quarenta e nove, revezadas em quatro turnos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quarenta e nove. Um gerente para cada...

A SRA. MICHELLE JORGE - Não, o gerente é o que pensa toda a metodologia de atendimento. E cada turno tem um supervisor, e todos os turnos contam com a equipe de retaguarda, que são as pessoas especializadas. A Glória é a pessoa do Núcleo de Violência Doméstica. Então, chegou um caso, vamos dizer



assim, extremamente delicado, e esse atendente percebeu que só o atendimento dele não esgota as possibilidades daquela chamada, aí ele pode chamar a Glória, ele pode chamar a Michelle, que são pessoas que trabalham com o assunto para poder fazer esse atendimento ao denunciante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É, porque vocês não têm como ligar para a pessoa depois.

A SRA. MICHELLE JORGE - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, vocês têm que fazer na hora. Minha preocupação é essa: tem que fazer na hora. Vamos pegar um caso. A pessoa tem segurança, vocês precisam passar segurança para essa pessoa que está lá do outro lado. Na hora em que vai chamar a Glória: *“Ah! Espera aí, aguarda um minutinho que eu vou chamar outra pessoa.”* Nesse momento ela pode desligar.

A SRA. MICHELLE JORGE - Não. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ela está com esse problema, ela vai pensar: não, vão chamar alguém para me grampear, para fazer alguma coisa comigo.

A SRA. MICHELLE JORGE - Claro. Na verdade, ela nem fala: *“Só um minutinho que eu vou chamar outra pessoa.”* Isso já é proibido no atendimento. Até na hora de transmitir isso: *“Eu vou chamar uma pessoa. Só um momento que eu vou chamar...”* Aí fala o nome da Glorimar. *“A senhora quer conversar com a Glorimar?”* Porque, às vezes, a pessoa está numa situação de que o agressor está ali. Não dá tempo de chamar a Glorimar, porque ela está ligando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Às vezes nem está aqui no plantão, não está no plantão, né?

A SRA. MICHELLE JORGE - Exatamente. Essa dinâmica é avaliada entre o atendente e esse denunciante. O denunciante diz pra gente — já aconteceu várias vezes — que uma mulher que está sofrendo violência doméstica familiar. Já aconteceu de ela ligar do banheiro, e o marido tá... A agressão está acontecendo naquele momento.

O SR. JOSÉ BORGES - Nós tivemos o caso de um garoto que o pai batia neles bêbado e dormiu, apagou. O garoto pulou a janela, foi a um posto de gasolina e de lá ligou aqui. Quer dizer, isso balança. Tem que ter um... É um estopim. A gente



tem que ir conversando para conseguir, o mais rápido possível e sem assustar aquele menino, as informações. Esse caso foi positivo até...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foi positivo. Mas vocês mandaram uma viatura na hora?

O SR. JOSÉ BORGES - Eu não lembro. Foi a PM. A PM ajuda muito, viu? A PM tem ajudado muito, porque é a mais disponível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Era isso o que eu queria saber. Seus parceiros são a PM...

O SR. JOSÉ BORGES - A PM é a melhor equipada, talvez. E sempre está.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E a Polícia Civil?

O SR. JOSÉ BORGES - Podemos ligar agora para a Polícia Civil, para uma delegacia, e não encontrar ninguém. Agora, a PM você sempre encontra. O Conselho Tutelar você nem sempre encontra. Nós temos que ter essa prática, essa técnica de saber quem é quem. Isso aí a gente tem, a gente forma parcerias, empatias, para conseguir que alguém, uma equipe, alguém vá fazer. Nós temos várias parcerias com o BOPE, com o BPChoque, com a DEAM, exatamente para conseguir mais resultados e mais empenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É. E se vocês precisarem de uma viatura na hora, é a PM que vai?

O SR. JOSÉ BORGES - Em geral é a PM;

A SRA. MICHELLE JORGE - Principalmente a PM, porque a PM está na rua, a PM é a polícia da rua, é a polícia ostensiva, é a que está na rua. Então, ela tem maior capilaridade, maior capacidade de se mobilizar. Então, isso não é uma questão... É uma questão da característica das Polícias Militares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E com a Guarda Municipal? Vocês têm algum convênio com a Guarda Municipal, com a Prefeitura do Rio?

A SRA. MICHELLE JORGE - Atualmente, não. Mas a gente já fez um trabalho com a Guarda Municipal. Convênio, não, mas a gente faz encaminhamentos para a Guarda Municipal sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Inclusive, agora, que seria com a Guarda Municipal, não seria interessante?

A SRA. MICHELLE JORGE - Importantíssimo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque ela está na rua, está na porta das escolas. Tem aquele projeto da ronda escolar. Seria muito interessante.

A SRA. MICHELLE JORGE - Então, a gente já fez alguns encaminhamentos. Não tem um convênio ainda, um instrumento, um documento formalizando, mas a gente já fez alguns encaminhamentos de relatórios sobre drogas nas escolas para as Guardas Municipais, exatamente em função da ronda escolar. Mas a gente procura, durante esse atendimento, primeiro, saber se essa pessoa, no momento em que ela está ligando, ela está em segurança, se ela está precisando de uma intervenção imediata, é agora: *“Precisa de alguém aí?” “A senhora ou o senhor está seguro neste momento?” “É possível aguardar?”* Esse é um dos pontos chave desse atendimento. E aí essa pessoa revelando: *“Não, na verdade eu estou sozinho em casa”*. E aí, respondendo também a sua pergunta, se a gente tem acesso aos serviços que fazem atendimento à população, a gente não trabalha só com denúncias. Se a gente tem 150 mil denúncias, a gente tem mais de 200 mil atendimentos. Porque uma dimensão importante do nosso trabalho não é só a denúncia. Nem sempre a pessoa que liga quer denunciar. Então, a gente trabalha, vamos dizer, com o empoderamento, no sentido de que essa pessoa, às vezes, precisa construir o momento dela, porque a gente não pode fazer falsas promessas. *“Não, a senhora vai ficar segura porque ligou para o Disque-Denúncia.”* A gente não tem controle sobre a ação do agressor. Então, a gente não pode fazer falsas promessas. Então, a gente tem que empoderar e respeitar o momento dessa vítima, no caso de um adulto, o momento em que ela realmente quer fazer a denúncia, o momento em que ela quer fazer o registro, diferentemente no caso de criança. Mas quando a gente está falando de adultos, sim. Então, a gente encaminha para os serviços, para o CRAS, os CREAS, no caso da mulher, NIAMs, CIAMs, população LGBT, centros de referência. A gente tem todos esses números, as atribuições dessas instituições, e a gente orienta e informa também sobre os serviços.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada. Agora, só para encerrar. Você vai falar, Zé? Eu queria saber sobre essa campanha. Já está na rua?

O SR. JOSÉ BORGES - Isso aí a Michelle vai falar pra vocês. Eu só quero salientar, porque é importante o auxílio de vocês da Comissão para nós. É o seguinte: a política de segurança pública e as prioridades da secretaria muitas vezes



podem nos prejudicar. Por exemplo: as premiações que a secretaria dá aos seus policiais são da gama de alguns crimes em que não estão incluídos os crimes de violência doméstica. Então, o policial militar ou o policial civil, ele não está interessado naquilo porque aquilo não está na moda em relação à secretaria. A secretaria vai premiá-lo por apreensão de armas, por prisão de... Quer dizer, uma série de coisas, e não por salvar a vida de uma criança. Então, isso nos cria muita dificuldade. A política de segurança pública oficial pode desestimular o trabalho do policial no dia a dia, no seu dia a dia com a questão de violência intrafamiliar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Agora, eu só queria fazer outra pergunta: tem alguma influência política no trabalho do Disque-Denúncia, de algum partido político?

O SR. JOSÉ BORGES - Não, não tem nenhuma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vocês são ligados a nada?

O SR. JOSÉ BORGES - Nós não somos ligados a partido político nenhum. Trabalhamos, tivemos... O Disque-Denúncia já passou por seis Governadores. E que Governadores! Você conhece! Quer dizer, passamos por seis. Passamos por mais de 12 Secretários de Segurança. Dentro do nosso caminho, tivemos pressões? Temos, mas nós temos como nos defender.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, pra terminar, pra encerrar, ficou acordada aqui a nossa contribuição da CPI seria fazer uma indicação pra Secretaria de Segurança na questão da violência contra criança e adolescente, e a contribuição de vocês seria fazer uma campanha maciça sobre a violência contra criança, exploração sexual, maus-tratos e que vocês colocariam o Disque-Denúncia para também ser um parceiro em relação à violência contra a criança e contra as mulheres. Não é isso? Fazer uma campanha maciça. Agora, eu gostaria de falar com vocês. Isso aí já estaria dentro do orçamento de vocês ou vocês teriam que esperar uma dotação própria para poder fazer essa campanha? Ou já estaria inserido dentro do orçamento que vocês têm? Porque vocês falaram que vocês têm os empresários. Que empresários são esses que criaram o Disque-Denúncia? Por quê? Eles queriam se resguardar de alguma coisa? Vocês falaram da Confederação das Indústrias, eu vi. E a do comércio também estaria inserida nesse contexto?



O SR. JOSÉ BORGES - Todos querem viver numa sociedade mais segura. O papel do empresário é contribuir para isso da forma que ele sabe contribuir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem uma ONG específica de vocês?

O SR. JOSÉ BORGES - Tem a ONG, que é o Instituto Brasileiro de Combate ao Crime, que vai...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa ONG, só ela, não é? Não tem outras?

O SR. JOSÉ BORGES - Não, só ela que trabalha nisso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tá.

O SR. JOSÉ BORGES - Então, o que nós vamos fazer... A nossa vantagem é o seguinte: o mais caro de uma campanha publicitária é, obviamente, o tempo dos veículos, jornais e revistas. Nós temos todo esse tempo gratuito dado por todas as emissoras de televisão, por todos os jornais. Isso não tem problema. E nós temos agências que produzem gratuitamente para nós e também que, muitas vezes, conseguem produção de filmes da melhor qualidade gratuitamente. Então, as nossas campanhas são bem mais em conta do que se imagina. Inclusive, nós já tivemos algumas discussões com a própria questão de governo, porque, se fizer uma campanha junto conosco, essa campanha vai ser extremamente barata. Às vezes, órgãos de governo e empresas estatais fazem campanhas na mesma linha que nós pagando rios de dinheiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E essa ONG recebe verbas públicas também?

O SR. JOSÉ BORGES - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não?

O SR. JOSÉ BORGES - Nós não recebemos, nunca recebemos um centavo do Governo do Estado. O Governo do Estado, tudo o que ele faz para o Disque-Denúncia ele faz diretamente por conta dele. Não entram no nosso caixa recursos do Tesouro do Estado. Isso sempre foi uma questão... Poderia entrar, não vejo problema nisso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Também não, se vocês prestarem contas.



O SR. JOSÉ BORGES - Mas nos deixa mais confortáveis, nos deixa bem mais confortáveis. Nós vamos às CPIs locais da ALERJ, vamos fazer nosso depoimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nem do Governo Federal? Nada?

O SR. JOSÉ BORGES - Do Governo Federal, nós pegamos. Da mesma forma que nós vamos à empresa privada, nós vamos ao Governo Federal: pegar dinheiro. Quer dizer, nós somos, vamos dizer, da Secretaria de Segurança do Estado. Do Estado, nós não pegamos recursos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tá, mas do Governo Federal vocês têm ajuda?

O SR. JOSÉ BORGES - ...vamos ao BNDES, vamos a empresas estatais, a tudo o que for possível buscar dinheiro para aportar no Disque-Denúncia, que é um serviço da Secretaria de Segurança Social.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E vocês têm dificuldade na captação de recursos?

O SR. JOSÉ BORGES - Temos. Temos alguma dificuldade. A gente não tocar tambor, não faz *show*, não faz um monte de coisa. A gente salva vidas. Então é complicado arranjar dinheiro pra isso. Pode ter certeza disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É verdade. Agora, só pra encerrar, o que vocês poderiam... Já que vocês têm os veículos de comunicação, e a gente já deixar essa parceria da CPI, essa contribuição, e vocês já poderem fazer o trabalho. Já dizer que, a partir de hoje, a Delegacia da Chefe da Polícia Civil, a Marta Rocha, já vai colocar, nos meios de comunicação dela, que a contribuição que ela está dando para a CPI da Exploração Sexual será colocar o telefone à disposição, o 180, e também a capacitação dos policiais. A gente já deixa firmado aqui, pra vocês passarem para os veículos de comunicação, que a contribuição que vocês estão dando com a vinda da CPI aqui é de fazer uma campanha maciça em relação a isso, ser um dos parceiros da gente no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Desde já, eu estou convidando vocês... Dia 18 de maio é dia de combate à violência nacional contra crianças e adolescentes. E nós vamos fazer um grande pacto. E queremos que vocês participem com a gente, que é um



braço direito nessa questão de combate à violência. O Disque-Denúncia está conosco também, porque, com os grandes eventos que estão acontecendo e também as grandes obras... Nós sabemos que, principalmente com as grandes obras — da preocupação até da nossa Presidenta da CPI em relação às grandes obras —, um grande número de homens que chegam para trabalhar, e a exploração ali começa acontecer. Então, pra gente poder ter esse trabalho em conjunto e começar já a jogar isso na mídia. Isso seria muito importante pra gente, pro trabalho da CPI, que é promoção do nosso trabalho também. Vocês sabem a dificuldade que vocês têm. Nós também temos, porque ninguém quer saber de criança e adolescente que estão sendo explorados sexualmente. Passam pela rua, acham: “Ah, aquilo ali já está perdido. Isso aí não tem mais jeito.” E não tem um olhar humano para aquela menina que está ali no meio da rua, que já sofreu abuso, já sofreu maus-tratos dentro de casa e está sofrendo pressão, às vezes, de um aliciador, de um bandido, para que ela venha a se prostituir, ou esse menino. Então nós queremos isso, que vocês pudessem, já que vocês têm essa facilidade nos meios de comunicação, ajudar a gente a promover. E contar com a gente, nossa parceria, em divulgar também o Disque-Denúncia, a partir de hoje em relação à exploração sexual, à violência contra a criança e os maus-tratos.

A SRA. MICHELLE JORGE - Deputada, a gente agradece. O Zeca ainda deve fazer algumas considerações. Essa campanha foi idealizada este ano, o lema é: *Algumas marcas ficam para sempre*. Por favor...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ela está me lembrando aqui. A premiação é feita pelo comandante do batalhão ou pela secretaria mesmo, para a gente poder fazer a coisa certa?

A SRA. MICHELE JORGE - Sistema de Metas da Secretaria de Segurança Pública. É dentro do Sistema de Metas.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. JOSÉ BORGES - Essas metas não são exatamente as nossas metas, são as metas da comissão. Esse é o grande problema que nós temos encontrado, porque o Governo, claro, força muito as metas da própria secretaria. E essas metas são outras. Não vamos discutir a questão, mas atrapalha a nossa vida certamente.

(Não identificado) - É para a CPI pedir...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos fazer direto para a Secretaria de Segurança, e ali ele informa quem tem que informar de direito. Tá bom?

O SR. JOSÉ BORGES - (*Ininteligível*) submetas.

A SRA. MICHELLE JORGE - Então, pra responder à última pergunta sobre a campanha. O lema da campanha é *Algumas marcas ficam para sempre. Denuncie. Ajude evitá-las*. Tem algumas palavras, ofensas, pedofilia, violência, abuso no corpo da criança, gerando essa ideia de interromper a violência com a denúncia. A campanha está pronta. Ela foi organizada ao longo deste ano. Tem tanto peça pra criança, pra mulher e pra idoso. A gente só está numa fase mesmo de busca de parcerias pra rodar. Os filmes a gente já consegue com... O Zeca já está se movimentando com a *Rede Globo* e algumas outras instituições pra poder veicular os filmes. A gente só está numa fase mesmo para poder rodar, de busca de apoio pra poder rodar esses materiais, fazer a impressão gráfica e fazer uma ampla distribuição desses cartazes. Só pra informar à Comissão que existe uma lei estadual, a 4.358, de 2004, que é uma lei que até o próprio 100, no ano passado, fez uma consulta e, este ano, pediu que fosse incorporada também, que é uma lei que versa sobre a divulgação de placas em bares, hotéis, casas noturnas, dizendo o seguinte: *A prática de exploração é crime. Denuncie*. É uma lei que foi...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas tem um número que não está mais funcionando. Está desativado.

A SRA. MICHELLE JORGE - Era o 3... isso, agora... Era o número antigo, que foi criado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nas placas há um número que não está funcionando. Está desativado.

A SRA. MICHELLE JORGE - Não, mas todas as placas têm o 2253-1177.

O SR. JOSÉ BORGES - Todas tem...

A SRA. MICHELLE JORGE - Todas têm o 2253-1177.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Em alguns lugares estava um número diferente.

A SRA. MICHELLE JORGE - Dois números.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dois números. Tem até um 0800, que era da Prefeitura, que também não está funcionando, que é a lei municipal. Tem a lei municipal e tem a lei estadual.

A SRA. MICHELLE JORGE - Estou falando da estadual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E aí não estava funcionando.

A SRA. MICHELLE JORGE - A estadual é o 2253-1177, que nunca parou de funcionar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vocês já mudaram, já? Tá certo. Agora eu posso fazer uma crítica? Dá para vocês verem no cartaz o número? Não dá, né! Tem que vender o número aqui. O número teria que está maior aqui.

A SRA. MICHELLE JORGE - Já tem uma modificação na da mulher? É porque ela ainda não vai ser rodada. Isso também foi a nossa crítica, porque a agência constrói, e a gente senta na mesa pra debater.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está muito bonito o cartaz.

A SRA. MICHELLE JORGE - E aqui entra uma faixa. Aqui entra uma tarja — tem isso no computador, só não tem impresso — chamando mais atenção para o fechamento da campanha, que é exatamente o ato de denunciar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso aqui está muito pequeno. Isso aqui ninguém enxerga. Se uma senhora olhar pra cá, que nem eu, não vai entender nada. Tem que botar óculos. Parabéns pela campanha, essa divulgação. Foi muito bom a gente chegar aqui e já saber que vocês estão com alguma coisa preparada para ser lançada.

O SR. JOSÉ BORGES - Vamos começar já a ver isso. Daqui até maio, teremos novidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, até maio, até o dia da campanha, pra gente fazer o lançamento. Agora vocês poderiam procurar a Secretaria de Direitos Humanos, o Presidente da República...

O SR. JOSÉ BORGES - Nós temos um convênio com a Secretaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...para falar com a Ministra Maria do Rosário pra...

O SR. JOSÉ BORGES - A Secretaria Nacional.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nacional, nacional. Vocês poderiam procurar a Secretaria Nacional para fazer uma parceria com o Governo Federal em relação a isso, porque isso interessa muito à nossa Ministra.

O SR. JOSÉ BORGES - Podemos fazer, porque para nós não faz diferença. É o Disque 100, no caso da Secretaria. Nós que trabalhamos o Disque 100? Foi você que foi lá?

A SRA. MICHELLE JORGE - Eu fiz o 180. Eu ajudei a estruturar o 180.

O SR. JOSÉ BORGES - Lá em Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pode ajudar com o Governo Federal. Seria muito importante.

O SR. JOSÉ BORGES - O.k. Agradeço a vocês essa presença aqui. Espero que a gente possa daqui fazer uma parceria permanente. Estamos aí à disposição. É só chamar que estaremos lá.

A SRA. MICHELLE JORGE - Esses casos que a gente recebe, a gente tem um mapeamento de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eu vou pedir a vocês. Podem passar pra gente o relatório, que você ficou de passar, para encerrar, aquele relatório da pesquisa e também desses pontos de exploração que vocês estão recebendo essas denúncias? Vocês podem passar essa documentação, se não for sigilosa, se vocês podem passar para ajudar a CPI.

O SR. JOSÉ BORGES - Nós temos um caso interessante. Há uma intensidade muito grande de informações na região de Campo Grande e Santa Cruz ligadas à milícia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu recebi essa denúncia ontem.

O SR. JOSÉ BORGES - Ligada à milícia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem um miliciano explorando crianças e adolescentes em Santa Cruz, Campo Grande.

O SR. JOSÉ BORGES - Miliciano explorando crianças e adolescentes. Nós temos muitas informações. Predominam... Elas são mais do que em Copacabana, que seria área de turismo. Eu tenho a impressão de que só perde para o Centro do Rio de Janeiro. O Centro é bem estruturado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Agora, vocês têm o ponto pra gente fazer uma diligência?

O SR. JOSÉ BORGES - Tenho.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não havendo mais nada a tratar, agradecendo ao Disque-Denúncia por nos receber nesta manhã, ao Zeca Borges, à sua equipe, à Michelle, à Glória, dou por encerrada esta audiência.